
ARTIGO

HISTÓRIA URBANA DE MARIANA: PRIMEIROS ESTUDOS**CLÁUDIA DAMASCENO FONSECA****Mestranda - UFMG**

Este artigo é resultado de pesquisa em andamento sobre a gênese e a transformação da paisagem urbana de Mariana, desenvolvida no Programa de Mestrado em Geografia Humana da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo da pesquisa é explicar a configuração atual da cidade de Mariana, a razão, o significado de determinadas formas urbanas verificadas, o porquê da permanência de alguns elementos e da descaracterização ou supressão de outros. As respostas para essas questões deverão ser encontradas através da consideração dos dinamismos sócio-culturais da cidade, do estudo de sua evolução e das etapas de seu desenvolvimento.

Para que se possa reconstituir a história do *espaço*, das formas urbanas de Mariana, é necessário recorrer a fontes diversas, sendo que as cartográficas, assim como outras formas de representação do espaço, são particularmente importantes.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este tipo de estudo pode ser classificado tanto como História Urbana, quanto como Geografia Histórica Urbana ou “Geografia Urbana Retrospectiva”, como no caso do célebre ensaio de Aroldo de Azevedo¹. De fato, tendo o *espaço* como o objeto que é analisado em relação à variável *tempo*, a pesquisa pode se inserir tanto no seio da História, quanto da Geografia, uma vez que as interfaces

¹ AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva.” In: *Anais da Associação Brasileira de Geógrafos*. vol. IX, tomo I, pp. 83-168. 1957.

entre as duas são extensas e precariamente definidas². Portanto, mais importante que tentar enquadrar este estudo dentro dessa ou daquela área do conhecimento, é procurar definir melhor seu objeto e seus métodos.

A propósito de uma definição de história urbana, de seu objeto, Maria Stella Bresciani escreveu:

“Nada mais definido e aparentemente mais ambíguo em termos conceituais do que a palavra cidade. A permanência material no tempo faz com que os aglomerados humanos possam remontar através de seus resíduos arqueológicos até, por que não, às primeiras aglomerações de moradias. As noções de abrigo e de defesa conjugam-se na imagem da arte/astúcia do homem vencendo os obstáculos para assegurar sua existência frágil num ambiente decididamente hostil (...)”.

“A opção pela idéia de uma vida urbana diferenciada da vida do campo coloca em destaque a noção de *artifício*, da arte do homem distinguindo-o definitivamente dos outros seres do mundo animal, e remete para a concepção de *arte* como transposição de uma idéia em uma *obra*, como algo intrínseco ao campo da racionalidade e da industriabilidade. Esta opção orienta várias vertentes de estudos historiográficos e urbanísticos que acompanham a *permanência* e a *transformação* das cidades através dos tempos”.

“Esses estudos podem focalizar a vida política, a corte, as instituições públicas e seus edifícios, o mercado e a vida comercial, buscando definir aquilo que chamamos de espaço público e lugar de sociabilidade; podem também privilegiar as atividades econômicas e suas configurações geograficamente sediadas nas cidades, refazendo a rede urbana e a regionalização em torno dos centros econômicos em suas trocas com o mundo agrícola. Podem, ainda, uma vertente adotada sobretudo por urbanistas, recortar as *formas* urbanas desde as aglomerações mais primitivas, orientando-se pelas coordenadas do espaço e da técnica.(...) Em todos a noção de crescimento evolutivo ou de desenvolvimento constitui o pressuposto teórico que faz com que a(s) cidade(s) seja(m) considerada(s) um fato histórico, sempre o mesmo, um fenômeno cujas transformações (materialidade e função) constituem o objeto de pesquisa dos estudiosos.”³

² FERRO, Gaetano. *Sociedade Humana e Ambiente no tempo; temas e problemas da Geografia Histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

³ BRESCIANI, Stella. “Permanência e ruptura no estudo de cidades.” In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (org.) *Cidade e História - Anais do Seminário de História Urbana*. Salvador, 1992. p. 11.

Raquel Rolnik também procurou definir e delimitar o objeto desses estudos. Para ela, o ponto fundamental que articula a especificidade da *História Urbana*, o que a distingue da *história das civilizações urbanas* ou das histórias *na cidade*, é o seu foco sobre a *configuração espacial*, sobre as mudanças físicas verificadas na cidade ao longo do tempo:

“Reconhecer esta especificidade pode significar, dentro de uma leitura do processo de transformação ou da temporalidade, reconhecer um certo papel do espaço dentro desse processo... (...) Quando a variável espaço entra na história, coloca-se uma questão ao mesmo tempo teórica e metodológica. Porque o espaço, a configuração física, esta materialidade é uma *variável histórica* e uma *variável teórica*. Porque o espaço pode ser uma fonte, da mesma forma que um arquivo... (...) ele funciona como uma fonte na medida em que se lê, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de relação social, etc. (grifos nossos).

A cidade, por excelência, produz e contém documentos, ordens, inventários. Isso caracteriza historicamente o seu processo de formação. A arquitetura urbana também cumpre esse papel de escrita, de texto, que se lê da mesma maneira que se lê um processo, um relato de um viajante. O espaço é, portanto, uma fonte, uma das fontes essenciais ou um tipo de notação fundamental para quem trabalha com história urbana.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista teórico, em que se trabalha com essa questão do urbano em transformação e em movimento, existe uma idéia para além de funcional entre os homens e os grupos sociais e esse espaço. A noção que se pode usar para se tentar pontuar essa questão é a noção de território, ou de territorialidade.”⁴

Para a autora, esta noção de território se contrapõe à de espaço abstrato: o território é o espaço real vivido, ele depende do sujeito para existir. As relações entre os indivíduos configuram-se espacialmente, e a cidade se constitui dessas relações, que não são puramente formais:

“Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção dessa territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de

⁴ ROLNIK, Raquel. “História urbana: história na cidade?” In. FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (org.) *Cidade e História - Anais do Seminário de História Urbana*. Salvador, 1992. p. 27.

memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve, e que a história de seu grupo naquele espaço teve.”⁵

Segundo Rolnik, portanto, a arquitetura e o espaço urbano, ao mesmo tempo em que se constituem registros históricos concretos, estão carregados de aspectos subjetivos, de valores, de memória, de teorias, de ideais.

Mas, estas duas formas correlatas de encarar a cidade, em 1938, já eram desenvolvidas por Lewis Mumford:

“A cidade é um fato natural, da mesma forma que uma gruta, um ninho, um formigueiro. Mas ela é também uma obra de arte consciente que engloba, numa estrutura coletiva, numerosas formas de arte mais simples e mais individuais. O pensamento toma forma na cidade; e as formas urbanas, por sua vez, condicionam o pensamento. O espaço, assim como o tempo, são de fato engenhosamente reorganizados dentro da cidade; nas linhas e nos desenhos das muralhas, na disposição dos planos horizontais e de edifícios verticais, na utilização ou na descaracterização das formas naturais...(…) A cidade é um instrumento *material* de vida coletiva ao mesmo tempo que um *símbolo* desta comunidade de objetivos e de acordos, nascida em circunstâncias tão favoráveis. Ao lado da linguagem, ela é talvez a maior obra de arte do homem”.⁶ (grifos nossos)

Do mesmo modo, nesta pesquisa, procuramos analisar a história das formas urbanas de Mariana segundo duas abordagens complementares, baseadas no modo de análise urbana proposto por Aldo Rossi.

A) A cidade como Artefato

“a forma de uma cidade é sempre a forma de uma época da cidade, e na forma de uma cidade, numerosas épocas coexistem”⁷

Esta primeira abordagem desenvolvida por Rossi vê a cidade como uma *variável histórica*, um fato concreto, como um “artefato” que se constrói ao longo do tempo e que conserva traços de suas fases anteriores, mesmo se de maneira descontínua.

⁵ ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 28.

⁶ MUMFORD, Lewis. “The Culture of Cities.” Apud ROSSI, Aldo. *L'Architecture de la Ville*. Paris: L'Equerre, 1991. p. 250.

⁷ ROSSI, Aldo. *Op. cit.* p. 50

Pela consideração desse espaço concreto, dos traços e vestígios que subsistiram de outras épocas e pela consulta de outras fontes históricas - epigráficas, bibliográficas, iconográficas - é possível reconstruir diversas “geografias do passado”, descobrir *como* se deu a construção das formas urbanas de Mariana através do tempo, estabelecendo uma periodização de sua evolução.

Este modo de análise urbana é fundado numa pesquisa dos conteúdos sociais e na observação científica e baseia-se, principalmente, nos trabalhos dos geógrafos-historiadores franceses Marcel Poëte, Pierre Lavedan e Jean Tricard.

A teoria de Poëte e de Lavedan, seu seguidor, está construída em torno do “fenômeno das permanências”. Segundo essa teoria, as cidades crescem, modificam-se, mas os motivos originais de seu aparecimento ficam inscritos na sua construção. Elas conservam seu “*locus*” e continuam a se conformar a orientações e sentidos determinados por “*fatós urbanos*” (elementos formais da cidade - traçado das vias, edifícios - que persistem no meio de um conjunto em transformação) mais antigos. A permanência mais significativa é a do plano da cidade, das ruas, que persistem sob diferentes fachadas. A persistência de edifícios públicos e monumentos também é importante, na medida em que esses elementos agem como polarizadores e condicionantes de expansões e modificações na trama urbana.

O estudo da morfologia urbana, a teoria das permanências e a consideração dos fatores geográficos são etapas em direção ao conhecimento da estrutura, do *significado* da forma da cidade. Mas, para Tricard, os estudos urbanos devem partir não da descrição morfológica, mas dos *conteúdos sociais*. A questão da propriedade da terra urbana é fundamental para a compreensão da gênese e do crescimento da cidade e está diretamente ligada às influências sociais e históricas. A formação e evolução dos traçados dos lotes, antes de participarem na determinação das tipologias arquitetônicas e, conseqüentemente, da constituição da paisagem urbana, contam a história dos proprietários da terra, das classes às quais o desenvolvimento da cidade esteve estritamente ligado.

Sabe-se que, no período colonial, as instituições Igreja e Estado eram umbilicalmente ligadas, e suas atribuições até se confundiam:

“(...) o rei muito legitimamente entrava na instituição e organização do governo eclesiástico. Além disso, conforme o regime político, os bispos, por seu lado, intervinham em matérias temporais e civis...”⁸

A questão do traçado urbano e o aspecto fundiário nos núcleos brasileiros do período colonial são resultado dessa parceria institucional. Entretanto, em Mariana, nos estágios embrionários de arraial de Nossa Senhora do Carmo, (assim como em outras aglomerações de mineradores), a ação da Igreja, no que diz respeito às regulamentações urbanísticas, foi muito mais determinante do que a do poder civil. Suas constituições eram bastante rígidas e explícitas, quanto à localização dos edifícios religiosos, exigindo recuos laterais e frontais, origem dos largos e praças que estruturavam o espaço urbano. Os terrenos junto aos edifícios e capelas eram muitas vezes aforados aos interessados em habitar próximo a eles, o que significava maiores recursos para a conservação dos templos e, até mesmo, justificava sua construção naquele local, pois, segundo a constituição 693 do Arcebispado da Bahia, estes nunca deveriam ser erguidos “*em lugares ermos, desabitados*”.⁹

Quando da elevação da vila à categoria de cidade, essa atuação *conjunta* pode de fato se verificar. Na construção da nova estrutura urbana para receber a sede do Bispado, a ação do Estado se deu mais explícita e objetivamente, enquanto que a Igreja continuava impondo suas condições. Pela Ordem de 2 de maio de 1746, o rei concedia terras

“ para se fazerem casas conforme a planta com frente para a rua e quintais no fundo, elegendo-se sítio para praça espaçosa, demarcando-se ruas, que fiquem direitas, com bastante largura sem atenção a conveniências particulares, ou edifícios, que contra esta ordem se acham feitos no referido sítio dos pastos; porque se deve antepor a formosura das ruas, e cordeadas estas, se demarquem sítios, onde se edifiquem os edifícios públicos...”¹⁰

Por sua vez, o primeiro bispo de Mariana, Dom Manuel da Cruz, não satisfeito com o aspecto da cidade, envia carta às autoridades civis, exigindo melhoramentos e ampliações da estrutura urbana:

“Esta cidade está muito no seu princípio e para as ruas novas que se vão fazendo e que são muitas tem vindo ordem de S. Maj. para serem bem reguladas; e como aqui

⁸ VASCONCELLOS, Diogo. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935.

⁹ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de Quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991. p. 40.

¹⁰ VASCONCELLOS, Diogo. *Op. cit.*, p. 26

corriam várias demandas a respeito de águas e de datas de terras vizinhas à cidade em que se querem fazer ruas, mandou S. Maj. nesta Frotta se remetessem as tais demandas para Lisboa, para lá se resolverem; peço a V. Revma. proteja tudo o que for para aumento dessa cidade; pois nela mostra S. Maj. ter gosto pelas apertadas ordens que tem mandado para este efeito”.¹¹

Segundo Waldemar de Moura Santos, o bispo

“inspirou, exigiu e obteve a aprovação do plano de toda a parte urbana da cidade, que, segundo opinião de historiadores de nota, foi discutido e sabiamente orientado pelo dinâmico bispo”.

B) A cidade como “*locus*” da imaginação e da memória coletivas

“A História é o campo de batalha onde os homens tentam penosamente fazer coincidir o mundo novo com as imagens exaltantes que os incitaram a modificar o mundo antigo”¹²

A segunda abordagem histórica proposta por Rossi também leva em conta a estrutura material da cidade, mas se preocupa fundamentalmente com a visão da cidade como uma *síntese de um conjunto de valores*, como o “*locus*” da memória e da imaginação coletivas:

“Ao mesmo tempo em que os fatos se inscrevem na memória, fatos novos aparecem e se constituem como formas na cidade. É desta maneira concreta que as idéias atravessam a história da cidade, imprimindo-lhe a sua forma”¹³

Através desta abordagem, procuramos determinar as idéias, os “*pensamentos subjacentes às atividades humanas*”¹⁴ que modificaram ou preservaram elementos e formas de Mariana, em busca da *cidade ideal*. Para explicar sua paisagem atual é necessário levar em conta os valores, motivações e teorias que estiveram por trás de cada atitude, de um passado remoto ou no presente, que procurou construir ou descaracterizar seus elementos.

¹¹ SANTOS, Waldemar de Moura. *Lendas marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967. p. 99.

¹² STAROBINSKI, Jean. Apud. PIMENTEL, Thais Velloso C. *A Torre Kubitschek; Trajetória de um Projeto em 30 Anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

¹³ ROSSI, Aldo. *Op. cit.* p. 171.

¹⁴ GUELKE, Leonard. “Uma alternativa idealista na Geografia Humana.” In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. Cap. 9. pp. 195-212.

Para Rossi, a cidade, vista como arquitetura, possui dois componentes essenciais: a área residencial e os elementos “singulares” ou “primeiros”, que são os logradouros públicos e os edifícios que funcionam como nós de agregação e polarização, que participam de forma permanente na evolução da cidade. Os elementos singulares podem ou não coincidir com aqueles considerados *monumentos*, pois estes são pontos fixos dentro da dinâmica urbana, são mais fortes que as leis econômicas, enquanto que os elementos singulares não o são de forma imediata. Somente alguns deles chegarão a ter o valor de monumentos, seja devido ao seu valor intrínseco, seja devido a uma situação histórica particular.

Essa questão, portanto, diz respeito, diretamente, à questão da viabilidade da preservação do patrimônio histórico: um determinado elemento formal da cidade só se torna monumento, e permanece como tal, se estiver relacionado à história, à vida e às aspirações e necessidades da comunidade, e é fácil perceber como tem sido difícil acomodar satisfatoriamente “estilos de vida” modernos¹⁵, novas formas de lazer e de habitação nos espaços das cidades históricas.

“(...) é possível pensarem-se os processos de transformação a nível político, os processos de transformação a nível estético ou os processos de transformação a nível econômico numa perspectiva de história urbana(...)”.

“Vários trabalhos adotam essa perspectiva quando mapeiam agentes sociais e políticos e seus movimentos de produção e transformação. E, na hora de mapeá-los, referenciam-se às configurações, às materializações ao longo do espaço. Ao mesmo tempo em que se faz a história do pensamento urbanístico, faz-se também a ponte entre uma história de mentalidades e as territorialidades formuladas. São territorialidades vividas em territorialidades concretas e existentes; ao mesmo tempo, também são imagens projetivas que se descolam do real e se apresentam enquanto projeto.”¹⁶

As intenções e valores, individuais e coletivos, as teorias sobre a cidade e as diferentes percepções do espaço e de suas potencialidades, em cada época, orientaram as ações, empreendidas pela população ou pelas instituições. Estas são informações essenciais para que se possa apreender o significado das formas urbanas de Mariana, e também podem ser lidas nos documentos escritos, desenhados e cartografados, executados ao longo do tempo. Mas, segundo Leonard Guelke,

¹⁵ A esse respeito, ver FISCHER, Mônica. *Mariana: Os Dilemas da Preservação Histórica num Contexto Social Adverso*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Urbana)

¹⁶ ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 29.

“(…) a paisagem cultural, como um registro da atividade humana sobre a terra, propicia um guia inestimável para se compreender os valores das pessoas que o elaboraram. Esse registro é mais valioso do que questionários ou respostas subjetivas fornecidas, porque ele é um registro de ação, não simplesmente de intenção. Ele espelha as prioridades políticas, econômicas e sociais das sociedades que o criaram, indo além da retórica política e institucional”.¹⁷

Em síntese, o que se pretende na pesquisa é, por um lado, conhecer a forma pela qual a cidade de Mariana foi se construindo *concretamente*, é determinar a seqüência da criação de ruas, bairros, da construção de igrejas e edifícios públicos. Estas informações objetivas podem ser colhidas diretamente de *fontes históricas* - bibliográficas, cartográficas, iconográficas - e comparadas à realidade atual, permitindo verificar as permanências e as transformações de elementos formais da cidade.

Por outro lado, a análise desses mesmos documentos nos auxilia a recuperar um aspecto ainda menos evidente de sua história urbana: a *razão*, o *porquê* dessas determinadas formas. Sabe-se que, dentro do panorama das aglomerações coloniais mineiras, Mariana apresenta alguns aspectos formais bastante peculiares. Somente o fato de ter sido construída segundo um traçado regular, já no século XVIII, em oposição à trama urbana espontânea do arraial primitivo, torna a cidade merecedora de um estudo mais aprofundado do que os que foram realizados até o presente. Que *ideais* urbanísticos de ordem, de higiene, de tradição ou de modernidade guiaram as intervenções verificadas em Mariana, em cada época de sua evolução?

Determinar esses valores subjetivos - lê-los nas entrelinhas dos textos, na concepção formal e funcional de um plano urbanístico, nas cores e nos elementos colocados em destaque nas representações cartográficas e pictóricas - ou seja, as percepções, teorias e intenções, de ordem prática ou estética, de quem executou essas representações, parece ser uma tarefa mais árdua, e talvez mais questionável do que a primeira, na medida em que se constitui, em muitos casos, em uma interpretação pessoal do pesquisador. Mas, para enfrentá-la, com embasamento e argumentações consistentes, contamos, mais uma vez, com o auxílio da História -, das Mentalidades, das Artes, do Pensamento Urbanístico.

¹⁷ GUELKE, Leonard. *Op. cit.*

2. FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

Existe um número razoável de obras que tratam, direta ou indiretamente, de aspectos da história urbana de Mariana. A cidade mereceu, também, vários registros cartográficos, pictóricos e fotográficos, em épocas diversas.

Isso se deve, evidentemente, à posição de destaque que a cidade ocupou, em seus primórdios, como a principal vila da Capitania e, principalmente, como sede do novo Bispado criado para Minas Gerais, razão pela qual se deu, em 1745, a elevação da Vila de Nossa Senhora do Carmo à categoria de Cidade de Mariana. Mas o número significativo de relatos existentes é devido, também, ao esforço de vários historiadores, muitos deles nascidos em Mariana ou em cidades próximas. Entre outros, citamos Augusto de Lima Júnior, Waldemar de Moura Santos, Diogo e Salomão de Vasconcellos. Este último dedicou alguns de seus volumes à história dos templos, ruas e edifícios públicos da cidade. A obra do cônego Raimundo Trindade, “Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana”, também é de grande utilidade nesta pesquisa, auxiliando a desvendar questões de localização e do patrimônio fundiário dos templos erigidos na cidade.

A) Fontes bibliográficas

O levantamento das fontes históricas bibliográficas foi realizado no Arquivo Público Mineiro, na Seção Mineiriana da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, na biblioteca da 7a D. R. da Fundação Nacional Pró-Memória - IPHAN, em Belo Horizonte, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e no Centro de Documentação do Laboratório de Pesquisa Histórica do ICHS (Instituto de Ciências Humanas e Sociais), em Mariana.

Segundo o objetivo e a profundidade de seus conteúdos, essas fontes podem ser classificadas da seguinte forma:

- Obras sobre a História de Minas Gerais, ou de todo o Bispado de Mariana, que fazem referências a aspectos formais da cidade;
- obras que tratam da história social e econômica de Mariana, fazendo referência a seus aspectos formais;
- obras que tratam *especificamente* de aspectos formais da cidade;
- obras literárias que citam ou descrevem a paisagem urbana e “sentimental” da cidade.

A lista acima indicada reúne apenas as *fontes secundárias*. Além destas, foram levantadas, também, fontes primárias impressas de extrema importância nesse estudo, e que deverão ser analisadas, como os relatos descritivos e críticos dos viajantes do século XIX, as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, que regulamentavam rigidamente a construção de capelas e igrejas no período colonial, principalmente quanto à sua localização e implantação, ou as “Posturas da Câmara da Vila do Carmo (1725/1789)”.¹⁸

Sabemos do amplo leque de informações valiosas, relativas a construções, embelezamentos e melhoramentos urbanos, aspectos fundiários e outros, que interessam sobremaneira a esse estudo, e que podem ser encontradas na enorme quantidade de *fontes primárias* não impressas existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana¹⁹ (que se encontra hoje no ICHS), no Arquivo Público Mineiro e em outras instituições.

Alguns desses documentos são citados nas obras de historiadores acima referidas. Entretanto, tendo em vista o pequeno tempo disponível para esta pesquisa, não podemos ter a pretensão de consultar todas as fontes existentes, que são realmente numerosas. Somente o Arquivo da Câmara de Mariana compreende aproximadamente 600 códices ou livros²⁰, que ainda não foram totalmente organizados e que são de difícil leitura, muitos documentos apresentando avançado estado de deterioração. Fica claro, portanto, que esta pesquisa não pretende esgotar o assunto, que deverá ser retomado em estudos posteriores.

B) Fontes Cartográficas

Segundo José Honório Rodrigues,

“É com a cartografia do século XVIII que se inaugura uma nova fase. Ela deixa de ser obra de pilotos e descobridores para tornar-se obra científica de exploradores. As figuras centrais desta reforma são os padres Diogo Soares e Domingos Capassi (...) A obra científica iniciada pelos dois sábios jesuítas vai ser continuada pelos exploradores e demarcadores de limites, de regra engenheiros, matemáticos, geógrafos e astrônomos”.²¹

¹⁸ POLITO, Ronald (org.). *Guia e tipologia dos documentos de Mariana*. Separata. Laboratório de Pesquisa Histórica do Dep. de História do ICHS/ UFOP, Mariana, 1989.

¹⁹ POLITO, Ronald. *Op. cit.*

²⁰ POLITO, Ronald. *Op. cit.*, p. 7.

²¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Apud. TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo, João Fortes Engenharia, 1981. p. 36

A necessidade de se precisar os limites entre o Brasil e as terras pertencentes à Coroa espanhola fez com que Portugal enviasse à colônia, a partir de 1729, expedições de cartógrafos e engenheiros militares, “*cujos trabalhos, de grande rigor científico para a época, abriram uma nova era na cartografia brasileira e serviram, em boa medida, de fundamento para a celebração do famoso tratado de Madri, em 1750.*”²²

A ação desses engenheiros militares não se limitou, entretanto, aos levantamentos e às expedições demarcatórias. Suas atribuições eram bastante diversas, e incluíam projetos arquitetônicos e urbanísticos. Um desses profissionais, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, atuou bastante em Minas Gerais, tendo trabalhado em Ouro Preto, em várias obras, e também no Rio de Janeiro, onde projetou o Pátio do Carmo, atual praça XV. E, mais importante nesse estudo foi a execução por Alpoim da planta nova da cidade de Mariana, encomendada pelo rei em 1745, para que a sede do novo Bispado tivesse uma aparência digna do nome da rainha - regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente, arruinado e castigado pelas inundações do Ribeirão do Carmo, segundo relata Diogo de Vasconcellos.²³

Caio Boschi cita as referências de um plano conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que talvez se trate daquele primeiro plano executado por Alpoim, a “*Planta em que se mostra a obra a fazer para evitar a inundação das ruas da cidade de Mariana pelo rio que ali corre*”.²⁴

A busca pelos documentos cartográficos foi realizada em instituições de Minas e outros estados: Arquivo Público Mineiro, Instituto de Geografia Aplicada -IGA e Arquivo do IPHAN (7ª D. R.), em Belo Horizonte; Arquivo da Casa Setecentista, em Mariana; Mapoteca do Itamaraty e Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Até o momento, os planos urbanos da cidade que puderam ser localizados e reproduzidos são os seguintes:

- “Plãta de Mariana” - fim do séc. XVIII, escala aproximada de 1/1500 (Arquivo Histórico do Exército, RJ.):

²² TOLEDO, Benedito Lima de. *Op. cit.* p. 16

²³ VASCONCELLOS, Diogo de. *Op. cit.* p. 25

²⁴ BOSCHI, Caio. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 49

- “Mappa de Mariana” - período entre 1796-1803, mapa pictórico e arquitetônico, sem escala (Mapoteca do Itamaraty, RJ.);
- “Município de Mariana” - 1921, escala aproximada de 1/20.000 (“Álbum Chorographico de Minas Gerais”, IGA, BH);
- “Planta Cartográfica da Cidade de Mariana” - 1920, escala aproximada de 1/1500 (Arquivo da Casa Setecentista, Mariana);
- “Município de Mariana” - 1939, escala 1/100.000 - inserto “Mariana” e seus distritos, escala 1/20.000 (Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte)
- “Planta Cadastral de Mariana” - 1974, escala de 1/2000, 1/4.000 e 1/10.000 (IPHAN/ Prefeitura Municipal de Mariana/ Fundação João Pinheiro);
- “Mariana” - 1990, escala de 1/5000 (CEMIG- Prefeitura Municipal de Mariana).

A análise dos planos urbanos da cidade, executados em diferentes épocas, é extremamente importante nesta pesquisa. Ela auxilia, por um lado, a completar e confirmar dados bibliográficos referentes à ocupação das ruas, à construção de edifícios, permitindo executar mapas-síntese que refletem a realidade das formas urbanas da cidade em cada fase de sua história. Por outro lado, trata-se de documentos que refletem também visões subjetivas da cidade, percepções de espaço bastante diferenciadas. Algumas vezes são indicados elementos formais de maneira idealizada, refletindo uma intenção em adotar certos modelos urbanísticos que nem sempre puderam ser concretizados na cidade. Em alguns casos, portanto, as formas representadas não correspondem à realidade objetiva, mas às imagens projetivas de quem executou o documento.

Um exemplo disso é o mapa militar mencionado acima. Nele, as ruas são de uma ortogonalidade perfeita, algumas quadras de mesmas dimensões e formas, os traçados dos lotes são regulares e simétricos, aspectos que, em sua maioria, não estão de acordo com o que se construiu verdadeiramente na cidade, talvez, no caso das ruas, por dificuldades técnicas de realizar medições e alinhamentos.²⁵

Segundo Nestor Goulart Reis Filho, no fim do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o governo português adotou uma série de procedimentos

²⁵ SERRA, Geraldo. *O Espaço Natural e a Forma Urbana*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços)

para fundação de vilas e cidades no Brasil, que foram consolidados no período Pombalino,

“... de modo a constituir uma linha de suporte técnico para uma sólida política urbanizadora. (...) A implantação dessa rede de vilas obedeceu a determinados padrões de regularidade, que permitiam atender a objetivos simultaneamente civis e militares.”²⁶

Segundo o autor, nas “Cartas de Criação de Vilas” que eram elaboradas, prescreviam-se normas para o traçado de ruas, praças, para os traçados dos lotes dentro das quadras e mesmo para a construção dos edifícios:

“No exemplo ideal, os edifícios tinham todos a mesma altura, as mesmas dimensões de portas e janelas e os mesmos tipos de ornamentos, como se fossem partes de um edifício maior.

Assim, as normas de controle estabelecidas pela administração pombalina não se limitavam às regularidades de traçado da arquitetura e do sistema viário. Em alguns casos, levavam à formação de conjuntos urbanos, cuja importância ainda não foi devidamente reconhecida”.²⁷

Portanto, da mesma forma que em algumas outras cidades da colônia, os alinhamentos harmônicos de fachadas em Mariana, dos quais o autor da “planta do Itamaraty” parece tanto se orgulhar, devem ter sido um produto das regulamentações urbanísticas portuguesas, da procura por uma *cidade ideal*, regular, ordenada.

C) Outras fontes iconográficas

Além das cartográficas, existem outros tipos de representação do espaço de Mariana que constituem, também, documentos valiosos, tanto para se conhecer a forma concreta que a cidade apresentava à época de sua execução, quanto no que diz respeito às impressões e valores de seus autores.

No museu de mobiliário da Cúria, na rua Direita, existem alguns quadros que mostram aspectos da paisagem de Mariana. Das três aquarelas do Padre Viegas, realizadas em 1809, duas representam a antiga casa e chácara episcopal,

²⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. “Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil.” *Revista Barroco*. Belo Horizonte, (15), 1990/1992 p. 230

²⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.* p. 230.

destacando os bem cuidados jardins de influência francesa. A terceira, o “Prospecto da Cidade de Mariana”, trata-se de uma vista “à vol d’oiseau”, tomada do nascente, mostrando também a chácara e o Seminário em primeiro plano, seguidos da massa uniforme do casario, quebrada pelas silhuetas destacadas das igrejas.

O óleo sobre tela de N. Altarilla, pintado em 1947, representa a cidade praticamente do mesmo ângulo que a aquarela descrita acima. Entretanto, o artista parece ter acreditado ser mais importante destacar a parte nova da cidade, do outro lado do ribeirão, onde a fábrica, lançando nuvens de fumaça, parece ser o símbolo do esperado ressurgimento econômico, que principiou nas primeiras décadas desse século, com a construção do ramal férreo e com a instalação da luz elétrica. A “industrialização” da cidade devia representar o orgulho e a esperança dos marianenses de então, depois dos mais de cem anos de estagnação econômica que se seguiu ao fim do período áureo da mineração.

No arquivo da Casa Setecentista existe outro documento iconográfico, de grande interesse para esta pesquisa: uma litogravura de J. Martins Braga, datada de 1824. Trata-se também de uma visão panorâmica da cidade, mas desta vez tomada de sua parte nova (porção norte), mostrando desde Sant’ana até São Gonçalo - uma perspectiva semelhante à do mapa do Itamaraty. O documento é particularmente importante, pois mostra a ocupação ao longo do ribeirão do Carmo: percebe-se que, como na maior parte das cidades coloniais, a aglomeração dava as costas para o curso d’água. As fachadas principais das casas são voltadas para a via pública, e são os fundos de parcelas que estão junto ao ribeirão e aos córregos.

Os registros fotográficos da cidade também contêm informações valiosas. No arquivo da Cúria há vários álbuns que documentam principalmente as festas religiosas ocorridas na cidade, mas em várias fotografias pode-se perceber bastante bem alguns aspectos de sua paisagem urbana. Talvez o documento mais valioso seja uma fotografia aérea, tirada em 1934, por ocasião da inauguração do Seminário Maior, com o intuito de mostrar seus terrenos, localizados na parte sul da cidade. Sabe-se também da existência de outros documentos interessantes que estão em coleções particulares.

3. CONCLUSÃO

A pesquisa é norteadada por uma preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico das cidades mineiras.

No nosso modo de entender, para que se possa compreender algumas intervenções urbanas prejudiciais ao acervo de Mariana, nas fases mais recentes de

sua história, é fundamental procurar perceber como e porque o espaço foi construído daquela determinada forma e, por que razões, em nome de que valores e ideais de cidade, ele foi mantido ou modificado em cada fase de seu desenvolvimento.

Esperamos que, ao findar dessa investigação, as respostas que procuramos fornecer possam contribuir para a proposição de medidas de preservação mais consistentes e capazes de tornar a questão do patrimônio relevante para a população e para os administradores, mais viável portanto.